



Salvador e Recôncavo unidos em favor da Independência Brasileira (1821-1823)

Prof. Me. Marcelo Siquara (UFBA)



Salvador e Recôncavo unidos em favor da Independência Brasileira (1821-1823)

Prof. Me. Marcelo Siquara (UFBA)

O turbilhão revolucionário francês não tardou em resvalar os seus efeitos junto à península ibérica. As forças militares franco-espanholas que invadiram Portugal contribuíram para promover a transferência da corte lusitana para o continente americano. O Estado metropolitano, com todo o seu aparato burocrático, ritualístico e simbólico — inerentes ao Antigo Regime —, passou a atuar em um novo espaço geográfico. A partir de então, o Brasil tornou-se a sede da monarquia portuguesa e a cidade do Rio de Janeiro o novo centro de peregrinação do Império¹.

Ao longo dos 13 anos em que a família real e a administração do Estado português estiveram no Brasil, inúmeras queixas foram registradas. De parte a parte, tanto na antiga metrópole como na nova sede do governo português, não faltaram reclames quanto à gestão da administração pública. No caso específico do Brasil, a abusiva carga tributária, a concessão tendenciosa de cargos e promoções, que favorecia os patrícios europeus, a corrupção praticada por muitos magistrados, no exercício regular de suas funções, as condições precárias de vida e subsistência a que estavam sujeitas a população local, enfim, a incidência de situações indesejadas, no dia a dia da população, contribuiu em grande medida para que esse momento específico fosse qualificado como um período de mau governo.

Nesse contexto, a Revolução Liberal e Constitucional do Porto apresentou-se como um possível caminho de superação dos males que afligiam a nação portuguesa. Nos dois lados do Atlântico, a Revolução de 1820 fora recebida com alegria e grande satisfação. A sua incidência e dispersão representou a possibilidade de Regeneração do Estado português. As insígnias do liberalismo constitucional trouxeram consigo a crença de que os velhos tempos do absolutismo e da tirania haviam chegado

¹ Para o aprofundamento da discussão que envolve a transferência do Estado metropolitano para o Brasil, Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da Metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 160-184. Quanto aos aspectos pertinentes ao conceito de "Centros de Peregrinação", vide ANDERSON, Benedict. Antigos Impérios, Novas Nações. In: _____. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1989. p. 57-76.



ao fim. Acreditava-se que, a partir de então, passariam a vigorar a liberdade, a igualdade e a fraternidade no Império português.

A Corte portuguesa presente no Rio de Janeiro não levou muito a sério a Revolução do Porto. Silvestre Pinheiro Ferreira, por exemplo, considerou-a como um ato de “tão tresloucada temeridade”. Para o ministro do rei D. João VI, essa “comoção [inicial]” iria arrefecer com máxima brevidade, a ponto dos autores e partidários do levante virem “implorar perdão e misericórdia aos pés do trono”². No entanto, não foi bem isso o que realmente aconteceu. Em Portugal, formou-se uma Junta Provisória de Governo, que passou a capitanear as medidas necessárias à instalação de uma nova administração pública. No Brasil, por sua vez, as capitanias existentes passaram a discutir abertamente que tipo de posicionamento político adotariam, diante dessa nova conjuntura.

Desde outubro de 1820, a cidade do Salvador vivenciava esse novo ambiente político. Felisberto Caldeira Brant Pontes, Inspetor Geral das Tropas, registrou, em uma de suas correspondências, que, no dia 27 desse mês, “fomos surpreendidos com a infausta nota da Revolução do Porto”³. A partir de então, os habitantes da Bahia passaram a discutir reiteradamente os possíveis rumos que a capitania deveria seguir ante o movimento vintista. Ambos os segmentos da nação portuguesa na América expressaram de pronto o seu efetivo apoio. As manifestações públicas de adesão às propostas oriundas de Lisboa tornaram-se cada vez mais recorrentes e, por conseguinte, planos, adesões e conspirações tornaram-se a tônica daquele momento.

Em fevereiro de 1821, os habitantes da Bahia levaram a cabo a sua adesão ao sistema constitucional. Apesar da incidência de confrontos envolvendo civis e militares, as forças que defendiam a manutenção do absolutismo monárquico não conseguiram subsistir. A partir de então, foi tomado um conjunto de medidas que objetivavam suprir as necessidades mais imediatas. Vale salientar que, ao longo desse processo histórico, as ruas de Salvador foram tomadas por inúmeros populares. A participação do povo mostrou-se bastante acentuada nesse contexto. Inúmeros exemplos apontam para essa realidade. Dentre tantos, destacamos a

² Carta nº 1. Rio de Janeiro: [s.d.]. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ideias Políticas: Cartas sobre a Revolução do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976. p. 33-34.

³ Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. *Economia açucareira da Bahia em 1820*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia, junho de 1973, apud SOUSA, M. A. S. de. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*. 2008. 304 f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008. p. 213-214.



escolha dos integrantes da primeira Junta de Governo e a assunção do militar brasileiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães ao cargo de Governador das Armas da Província⁴.

O contexto histórico imediato à adesão da Bahia às propostas oriundas da Revolução do Porto fora caracterizado pelos contemporâneos como um período de grande júbilo⁵. No entanto, não demorou muito para que fosse rompida a tênue aliança existente entre os dois segmentos da nação portuguesa. Era visível, junto aos regimentos europeus, o “profundo desprezo pelas populações negras, mestiças e de cor dos demais continentes”⁶. Em síntese, do fardamento às promoções, o tratamento dispensado aos integrantes do Exército português tendia a beneficiar explicitamente os contingentes oriundos da Europa.

Esse clima de indisposição entre portugueses da Europa e da América pode ser percebido quando, em julho de 1821, circulou em Salvador um conjunto de boatos que apontavam para a existência de planos secretos que supostamente objetivavam promover o assassinato do general Inácio Luís Madeira de Melo. A circulação desses boatos gerou um princípio de confronto. Por volta das 6 e meia da noite, inúmeros portugueses europeus percorreram armados as ruas da capital, indo incorporar-se ao Batalhão nº 12. O alvoroço provocado por essa mobilização contribuiu para que muitos militares brasileiros também se deslocassem às suas respectivas unidades. A adoção dessa medida mostrou-se como uma espécie de recurso de precaução, pois, caso fosse necessário recorrer ao uso das armas, os brasileiros só teriam acesso ao material bélico em seus respectivos batalhões. Os demais moradores, como não dispunham de outro meio material de maior eficácia para a sua própria defesa, resolveram permanecer homiziados em suas residências. Durante essa agitação pública, as lojas e casas de comércio se mantiveram fechadas. Ninguém ousava sair à rua, “receando a morte”⁷.

Outro incidente que confirma esse clima de indisposição se encontra na tentativa de deposição da Junta de Governo, fato ocorrido em 3 de

⁴ Para maiores detalhes, Cf. SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/577/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

⁵ *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 14. Bahia: 15 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/44>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

⁶ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A guerra da Bahia*. Salvador: CEAQ, 2001. p. 25-30.

⁷ *Diário Constitucional*. n. 21. Bahia: 13 de março de 1821. Núcleo de Digitalização de Documentos (CEDIG), FFCH/UFBA, Rolo 0016.



novembro de 1821. Acusada de ser defensora dos interesses lusitanos, a Junta Provisória conseguiu congregiar em torno de si um número bastante amplo de reclames e desafetos. Apesar dessa tentativa ter sido frustrada pelas tropas luso-europeias, ficou evidente às autoridades públicas a existência de partidos e interesses distintos. O alargamento do espaço público proporcionado pelo movimento constitucional na Bahia deixou claro o quanto a presença e a participação popular poderiam alterar a relação até então existente entre o Estado e a sociedade⁸.

As agitações ocorridas no segundo semestre de 1821 comprometeram o período de eleições, programado para janeiro do ano seguinte. Esse pleito eleitoral objetivava a substituição da Junta Provisória, que governava a província desde fevereiro de 1821. Contudo, vale salientar que os enfrentamentos sucedidos nas diferentes freguesias de Salvador incutiram grande pânico na população, provocando não apenas a emigração de eleitores da capital, bem como impedindo ou dificultando a vinda de muitos destes, do Recôncavo para a sede da província. Dos 490 eleitores esperados, apenas 259 compareceram. Ou seja, aproximadamente 48% dos eleitores não participaram das eleições.

Apesar de todos esses reveses, o pleito eleitoral lograra o êxito esperado. Sob a presidência do Senado da Câmara de Salvador, o colégio eleitoral conseguiu efetivar a sua função. Foram escolhidos os integrantes da nova Junta e empossado o Governador das Armas da Província. A tabela, a seguir, indica o nome dos eleitos, suas respectivas funções na nova Junta e o número de votos obtidos por eles⁹:

Tabela 1: Integrantes da segunda Junta de Governo

NOME	CARGO	Nº DE VOTOS
Francisco Vicente Viana	Presidente	237
Francisco Carneiro de Campos	Secretário	122
Francisco Martins da Costa	Membro	176
Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque	Membro	139
José Cardoso Pereira de Mello	Membro	102
Manoel Ignácio da Cunha Meneses	Membro	102
Antônio da Silva Telles	Membro	92

⁸ Para maiores detalhes acerca do Movimento de 3 de novembro (1821), Cf. SILVA, Marcelo Renato Siquara, 2012, p. 41-49.

⁹ Para a elaboração dessa tabela, foram consideradas as informações presentes nos seguintes documentos: Semanário Cívico. n. 50. Bahia: 7 de fevereiro de 1822. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 101; Termo de Vereação. Bahia: 2 de fevereiro de 1822. In: Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil: 1821-1823. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972. p. 20-21; Ofício encaminhado ao Príncipe D. Pedro. Palácio do Governo da Bahia. 3 de fevereiro de 1822. In: A Junta Governativa da Bahia e a Independência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 7.



Todos os integrantes da antiga Junta foram substituídos. Apesar da existência de denúncias que indicavam a presença de cabalas ao longo do pleito eleitoral, a vontade dos eleitores paroquiais ocorreu no sentido de se promover uma completa renovação. Além disso, vale salientar que todos os integrantes da nova Junta eram naturais do Brasil, à exceção de Francisco Martins da Costa¹⁰. O resultado dessa eleição conseguiu refletir os anseios e as insatisfações existentes entre os habitantes da província. Os constantes enfrentamentos envolvendo os portugueses da Europa e da América, tanto civis quanto militares, certamente repercutiram no seu resultando final.

Quanto ao ocupante do cargo de Governador das Armas, a sua escolha não fora resultado da mencionada eleição. As Cortes de Lisboa já haviam desmembrado o poder civil do poder militar, estabelecendo que o titular dessa função seria uma pessoa nomeada a partir da confiança do Congresso e do Rei. Como o governo de Portugal ainda não havia manifestado a sua escolha para a substituição do brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães e, ao mesmo tempo, por conta do referido militar ser o mais graduado entre os seus pares – e por ter se destacado no movimento constitucional ocorrido em 10 de fevereiro de 1821 –, recaiu sobre a sua pessoa a condição de Governador Interino das Armas.

O militar brasileiro permaneceu pouco tempo à frente do cargo. Em fevereiro de 1822, chegou a Salvador um decreto real determinando a sua substituição. Fora nomeado o brigadeiro luso-europeu Inácio Luís Madeira de Melo. No entanto, a substituição não se dera de forma harmoniosa e, muito menos, sem a incidência de denúncias, oposições e novos enfrentamentos. Quanto ao primeiro elemento em questão, destacamos a afirmação apresentada pelo Deputado baiano Cipriano José Barata de Almeida. Segundo suas palavras, Madeira de Melo possuía ordens secretas encaminhadas pelas Cortes de Lisboa que lhe autorizavam a usurpar “à força d'armas, e sem o formulário da Lei, o comando das tropas [na província da Bahia]”¹¹.

No que se refere aos demais elementos em questão, registramos o quanto as ruas de Salvador se tornaram inseguras e belicosas naqueles dias

¹⁰ Ofícios dirigidos pelo general Inácio Luís Madeira de Melo às Cortes de Lisboa. Bahia: 7 de março de 1822. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. História da Independência da Bahia. Salvador: Editora Progresso, 1957. p. 122-124.

¹¹ ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Manifesto à Bahia de todos os Santos (por um Deputado às Cortes Gerais e Constituintes de Portugal): Desengano para brasileiros e europeus residentes no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. p. 20-23. Fundação Clemente Mariani, Acervo 905, doc. 1823-09:981.38 BAR-C.8.



de fevereiro. As narrativas existentes em diferentes fontes históricas dão conta acerca do quadro então estabelecido. A oposição explícita à determinação real não se restringiu ao aspecto formal. Ou seja, muitos baianos insatisfeitos não se limitaram a elaborar e/ou apresentar documentos escritos que externassem a sua indignação. Muitos habitantes da Bahia recorreram ao uso das armas. No entanto, pouco pôde ser feito. Naquele momento, o braço armado europeu mostrara-se mais forte, conseguindo obter um resultado satisfatório aos seus anseios.

O desassossego público aterrorizou “os pacíficos cidadãos [bairanos]”, reduzindo-os “ao último estado de receio”¹². A emigração – que já era uma realidade desde o segundo semestre de 1821 – se acentuou. Muitos habitantes abandonaram Salvador, buscando em diferentes espaços um lugar mais seguro. Não existem documentos que apontem com precisão o verdadeiro número de pessoas que deixaram a capital, durante esse período. Aqueles que possuíam propriedades, familiares ou conhecidos no Recôncavo, possivelmente recorreram a esse expediente. Outros, ainda, apesar de não contarem com essas mesmas opções, também resolveram deixar a cidade e, mesmo vagando sem destino certo e pouso garantido, assim o fizeram, tentando assegurar a preservação de suas próprias vidas.

No entanto, apesar das possibilidades apresentadas logo acima, não podemos – e não devemos – promover generalizações. Nem todos os habitantes de Salvador seguiram esses mesmos itinerários. Da mesma forma com que algumas pessoas resolveram abandonar a cidade, acreditando ser possível alcançar a segurança, em outros espaços, outras ainda devem ter considerado as estradas baianas bastante inseguras, naqueles dias de convulsões e, dessa forma, devem ter optado pela permanência em suas residências, aguardando a retomada dos princípios constitucionais.

Os conflitos que tiveram ensejo em Salvador, por conta da substituição do Comandante das Armas, foram encerrados com a posse do brigadeiro Madeira de Melo. No entanto, isso não significou o fim da rivalidade existente entre os membros da nação portuguesa. Os documentos consultados referentes aos meses de fevereiro a abril (1822) indicam que, ao longo desse período, as medidas adotadas pela Junta de Governo e pelo Comandante das Armas não surtiram o efeito esperado. Boatos e

¹² Portaria da Junta Provisória de Governo ao Intendente da Marinha. Bahia: 20 de fevereiro de 1822. In: Diário Constitucional. n. 15. Bahia: 6 de março de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.



intrigas continuaram a ocupar posição de destaque, atendendo aos mais distintos interesses.

O clima de instabilidade que afligia os brasileiros na cidade do Salvador também vitimava os lusitanos que se encontravam fora dela. Muitos portugueses da América, que se viram obrigados a abandonar suas propriedades, trabalhos e famílias, só conseguiam vislumbrar o português europeu como um potencial inimigo. Esse quadro se agravou a partir do momento em que os habitantes do Recôncavo decidiram aclamar D. Pedro como regente e perpétuo defensor do Brasil. A partir de então, instalou-se naquele espaço uma intensa perseguição aos luso-europeus. Muitos destes, visando a manutenção de suas próprias vidas, foram obrigados a migrar para Salvador, buscando “asilo e segurança pessoal”¹³.

Com a instalação da guerra civil, a produção, o comércio e a geração de divisas fora consideravelmente abalada. Essa realidade em nada agradou aos proprietários de terras e escravos. Qualquer tipo de situação adversa e inusitada que ameaçasse a estabilidade e o crescimento econômico seria rechaçado pelo grupo dominante. E foi justamente isso que aconteceu. Para muitos integrantes desse grupo, o apoio e o reconhecimento da autoridade do príncipe D. Pedro mostrou-se como uma possível solução para a retomada da dinâmica político-social e comercial da província.

Tentado dinamizar e melhor administrar as forças pró-independência, fora instalado no Recôncavo um Governo Geral para toda a província. Esse novo governo não possuía qualquer tipo de vínculo ou observância às determinações civis e militares oriundas de Salvador ou de Portugal. Inicialmente, o Conselho Superior Interino de Governo passou a integrar um total de 17 vilas¹⁴. Luís Henrique Dias Tavares qualificou esse momento como “um dos grandes instantes da história da independência do Brasil”¹⁵.

Essa observação se deve ao fato de que, em um curto espaço de tempo, importantes transformações político-sociais ocorreram no âmbito do

¹³ Requerimento encaminhado por 33 naturais de Portugal à Junta Provisória de Governo. Bahia: [provavelmente] julho de 1822. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931 p. 376-378.

¹⁴ As Vilas congregadas e/ou sublevadas são: Abrantes, Água Fria, Cachoeira, Cairu, Camamu, Inhambupe, Itapicuru, Jacobina, Jaguaripe, Marajú, Maragogipe, Pedra Branca, Rio de Contas, Santarém, São Francisco do Conde, Santo Amaro e Valença.

¹⁵ TAVARES, Luís Henrique Dias. Independência do Brasil na Bahia. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 122-123



Recôncavo baiano. Ou seja, do dia 25 de junho — momento de instalação de um primeiro governo restrito à vila de Cachoeira — até o dia 21 de agosto — com a instalação de um governo civil e militar para toda a província — temos um período inferior a dois meses. No entanto, mesmo esse curto lapso de tempo não impediu que a articulação política existente no âmbito das vilas sublevadas conseguisse ganhar corpo e viesse a concorrer para uma maior racionalização de medidas no teatro de operações.

Enquanto o Recôncavo se preparava para o confronto, Salvador seguia o mesmo itinerário. O Comandante das Armas resolveu reforçar o seu contingente através de um convite endereçado aos “indivíduos que estão em circunstâncias de poderem [...] prestar grandes serviços à nação”. Esse serviço militar seria prestado voluntariamente, por um prazo máximo de três meses. Findado o mesmo, ou “se antes [...] as circunstâncias permitirem”, seria concedida as “honrosas [demissões]”.¹⁶ Para que fosse do conhecimento de todos, o convite fora publicado ao som do toque de caixas, pelas ruas e praças públicas, além de ter sido afixado um conjunto de cartazes nos locais de maior concentração e circulação da cidade.

Não sabemos ao certo o número de voluntários que atenderam a essa solicitação. No entanto, em virtude de sua experiência militar, o Comandante das Armas bem sabia que o simples acréscimo no seu efetivo não representaria a solução esperada. Muitos civis que haviam ingressado nos corpos militares não possuíam o preparo necessário para um efetivo combate. Por isso mesmo, os integrantes da segunda linha foram convocados para um aperfeiçoamento em movimentos e manobras militares.¹⁷ A partir do segundo semestre de 1822, o número de treinamentos semanais fora acrescido. Todos os dias – com duração entre 2 e 5 horas – os portugueses ocupavam os espaços públicos para a promoção de evoluções militares¹⁸. Isso representou mais um sacrifício para a cidade do Salvador, uma vez que os treinamentos militares afastavam os voluntários mais vezes de suas ocupações ordinárias.

¹⁶ Bando publicado sob determinação do Governador das Armas da Província da Bahia. Bahia: 30 de junho de 1822. In: O Constitucional. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

¹⁷ Proclamação de Madeira de Melo aos Camaradas de Segunda Linha. Bahia: 30 de junho de 1822. In: O Constitucional. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

¹⁸ Carta dirigida ao Ministro da Marinha pelo Sr. Barão [Albert] Roussin. Bahia: 17 de julho de 1822. In: ALBERT ROUSSIN: Testemunha das lutas pela Independência na Bahia (1822). Trad. Kátia M. de Queirós Mattoso. In: Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador: v. 41, p. 140, 1973.



A província da Bahia seria novamente penalizada. A evasão de brasileiros para o Recôncavo representou não apenas um abalo na dinâmica social de Salvador, mas, também, a fuga de braços laborais tão necessários ao campo econômico-produtivo. A produção econômica, que já se encontrava desfalcada em número de trabalhadores, passaria a contar não apenas com um contingente de profissionais reduzido, mas, também, com um decréscimo em número de horas voltadas às diversas atividades produtivas.

No Recôncavo, a realidade não era tão distinta. Ou seja, da mesma forma com que Madeira de Melo se preparava para os combates em Salvador, no Recôncavo, muitos trabalhadores do campo também eram submetidos ao rigor das armas. Um correspondente do periódico *O Constitucional* mencionou que, na vila de Cachoeira, as rondas noturnas foram reforçadas¹⁹. O reflexo mais direto desse contexto encontra-se na redução diária do número de trabalhadores empregados no cultivo direto da lavoura e, por extensão, na implacável carestia dos víveres, o que, em grande medida, atingia inevitavelmente a cidade do Salvador.

Os produtos consumidos na Cidade da Bahia tinham sua origem no Recôncavo e em outras regiões do Brasil. Ou seja, Salvador não produzia os alimentos necessários a sua subsistência. Apesar da existência de culturas de quintais, no âmbito da capital, que forneciam frutas e hortaliças, a Cidade do Salvador dependia inevitavelmente de outros espaços para que sua população fosse saciada. Qualquer tipo de alteração no abastecimento logo se constituía em um problema de primeira ordem. Por isso mesmo, com a instalação do cerco e a ocupação de importantes áreas produtoras de alimentos, a Junta de Governo passou a questionar se os moradores do Recôncavo pretendiam “esfomear a capital, interceptando [a cada dia] os gados [e outros gêneros] que vem alimentar os seus habitantes”?²⁰

A dificuldade existente quanto ao acesso aos gêneros de primeira necessidade se constituiu em um dos assuntos discutidos pelo periódico *Idade d'Ouro*. Os seus redatores alertaram para a possibilidade de que a fome pudesse se converter em “[um importante instrumento a] favor dos facciosos”. Segundo o *Idade d'Ouro*, as autoridades públicas

¹⁹ Carta de Hum Constitucional Cachoeirense. Bahia: 22 de maio de 1822. In: *O Constitucional*. Bahia: 12 de junho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

²⁰ Proclamação da Junta Provisória de Governo aos Habitantes do Recôncavo. Bahia: 23 de julho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 47. Bahia: 27 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.



deveriam atentar “mui seriamente para este objeto, porque a fome produz comoções perigosas e o povo sempre atribui ao governo a falta de pão”²¹. Não estava distante da percepção dos redatores a seguinte questão: não bastava apenas que os militares portugueses tivessem o seu sustento garantido; era necessário ainda que os demais habitantes fossem saciados. Na verdade, existia um duplo temor: a incidência de um possível levante nos limites internos da capital; ou o aprofundamento da aliança existente entre os habitantes de Salvador e Recôncavo.

A guerra civil na Bahia promoveu a desarticulação da produção, a qual, por sua vez, implicou na consequente desestruturação do comércio. A redução na produção contribuiu para a diminuição das diversas transações comerciais e, em uma espécie de efeito cascata, o dinheiro resultante dessas atividades também começou a escassear. Aliado a isso, Salvador passou a apresentar uma significativa fuga de capitais. Segundo relato registrado no *Idade d'Ouro*, “os capitalistas tem mandado muito dinheiro para Lisboa e, à proporção que forem saindo navios [de Salvador], irão [também] muitos emigrados, cuja falta é sensível e cujos bens faltam no giro da terra”. A evasão de capitais fora caracterizada como uma prática natural, uma vez que “quem tem [o] que perder busca país de segurança”; tanto para si, como para os seus bens.²² Essa fuga de “uma terra revolucionada” prejudicou diretamente a produção, o comércio e a geração de divisas e, indiretamente, os diversos trabalhadores da província, os quais, por sua vez, dependiam em grande medida das atividades comerciais até então praticadas pelos lusitanos.

Os efeitos da desarticulação produtiva e comercial atingiram não apenas os habitantes de Salvador. As instituições de representatividade política também alardeavam a escassez de recursos. Tornara-se notório o deplorável estado de decadência em que se achava reduzido o Tesouro da capital. Estavam exauridas várias fontes geradoras de tributos, a exemplo dos “rendimentos da alfândega de importação e exportação, décima, contratos e dízimos, [...] os negócios do comércio, compras e vendas dos bens de raiz, e todas as [demais] transações particulares que produzem rendimentos”²³. Até mesmo as celebrações públicas, que

²¹ Idade d'Ouro do Brazil. n. 94. Bahia: 19 de novembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/90>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²² Idade d'Ouro do Brazil. n. 94. Bahia: 19 de novembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/90>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²³ Idade d'Ouro do Brazil. n. 103. Bahia: 24 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.



outrora eram realizadas com toda a pompa, tiveram que se adaptar à realidade de uma cidade em guerra e sem capitais. O juramento da Constituição portuguesa — realizado em Salvador no dia 29 de dezembro de 1822 — fora uma cerimônia pouco faustosa. O Palácio do Governo apareceu “despido de dia e cego de noite”, ou seja, não houve sequer “uma só colcha [de dia], nem [mesmo] uma só luminária [à noite]”²⁴.

As dificuldades econômico-financeiras e comerciais existentes na Bahia concorreram para enfraquecer os desígnios propostos pelo governo português. A posição de mando, exercida pelo Brigadeiro Madeira de Melo, chocava-se com a oposição praticada pelos brasileiros articulados militarmente no Recôncavo, bem como com a ação velada exercida por muitos destes que permaneciam nas diferentes freguesias de Salvador. A existência de uma aliança entre diferentes espaços e agentes históricos mostrou-se positiva à causa brasileira.

Nesse contexto, podemos ressaltar o papel exercido pelos inimigos internos. Suas ações contribuíram para a expulsão dos lusitanos. A instalação de trincheiras ao redor da capital e a proibição de que os seus habitantes viessem a abandoná-la não impediu a comunicação entre Salvador e Recôncavo. Não é por acaso que os redatores da gazeta *Idade d'Ouro do Brazil* denunciavam reiteradamente que “os facciosos de dentro [da cidade] saem quando querem”, levando consigo importantes informações. Alguns habitantes da capital desapareciam da cidade e, passados alguns dias, retornavam “mui desvelados”. A percepção dessa conduta fez com que os redatores de *Idade d'Ouro* afirmassem que o rei D. João VI não estava disposto a “reinar sobre cadáveres”, mas, também, não pretendia “reinar sobre facciosos”²⁵.

A presença e o controle militar exercido pelos portugueses limitava — mas não impedia — as ações praticadas pelos inimigos internos. Essa situação muito incomodava os luso-europeus, tanto assim que, com efeito, costumavam afirmar que em Salvador “as paredes têm ouvidos”²⁶. Os inimigos internos utilizaram diferentes meios para a transmissão de informações, dentre as quais destacamos o chamado *Jogo de*

²⁴Carta de Hum Seu Leitor. Bahia: dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 105. Bahia: 31 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²⁵*Idade d'Ouro do Brazil*. n. 78. Bahia: 27 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/143>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²⁶*Idade d'Ouro do Brazil*. n. 87. Bahia: 29 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/42>>. Acesso em: 6 jul. 2013.



Luzes. Através de sinais combinados de luzes, esses agentes históricos repassavam informações de caráter relevante. A Ilha de Itaparica era o ponto de recepção desses códigos luminosos. A partir dessa localidade, as informações transmitidas de Salvador eram encaminhadas aos comandantes das forças de libertação e ao Conselho Interino de Cachoeira. Com isso, tornava-se possível não apenas o conhecimento das movimentações portuguesas na capital, mas, também, uma melhor disposição das forças brasileiras no teatro de operações.

O lançamento de tiros e foguetes ao ar apresentou-se como outra forma de alertar as tropas brasileiras. Essa prática muito incomodou as autoridades públicas de Salvador. Diante do clima de tensão que vivia a capital, qualquer mínimo incidente ou situação inesperada era o estopim para o recomeço do estado de pânico. O fato desses lançamentos ocorrerem nas horas mais remotas da noite contribuiu para a promoção do desassossego público. Madeira de Melo solicitou da Junta de Governo “aquelas providências que julgarem capazes de evitar a repetição de tão pernicioso abuso”²⁷, no entanto, em virtude da “falta de soldados que [se] possa empregar nesta diligência”²⁸, a manutenção de tal prática continuou seguindo o seu curso.

Os inimigos internos também utilizaram a disseminação de cartas como meio de conseguir os seus objetivos. Uma dessas cartas foi encontrada – em 8 de dezembro de 1822 – pelo capitão João Carneiro Pereira Rangel, integrante do 1º Batalhão da Legião Constitucional Lusitana, no corredor defronte à porta de sua residência. Vejamos, então, parte do conteúdo presente nessa missiva:

[...] passo a rogar a V.S.^a, que despindo-se de ideias fúteis, deixe de ser cúmplice nos crimes desse malvado Madeira, cuja sorte, que lhe espera é digna de lamentação, e venha prostrar-se às bandeiras do Imperador, Príncipe de nascimento, também português, como V.S.^a em nome e serviço do qual será V.S.^a Tenente Coronel, posto que já lhe confiro, vindo V.S.^a com a sua companhia, cujos soldados receberão os 30 réis que prometi a cada um na minha proclamação, e a V.S.^a darei para os seus gas-

²⁷ Ofício do general Madeira de Melo aos integrantes da Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel General, 4 de dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 98. Bahia: 6 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

²⁸ Ofício da Junta Provisória de Governo ao Comandante das Armas da Província. Bahia: Palácio do Governo, 4 de dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 100. Bahia: 13 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.



tos miúdos a quantia de dois contos de réis. Não hesite V.S. aceitar estas vantagens, a par do prazer, que lhe restará de ter obraído uma ação digna do homem de bem, deixando de concorrer para derramação do sangue de homens, que os intitulam criminosos, porque defendem os seus direitos ultrajados.

Nós possuímos opulenta caixa militar, quantidade imensa de mantimentos frescos e de todo o gênero; essa cidade [do Salvador] pelo contrário, que não tardará a ficar exausta do numerário, já sofre a fome; que contraste! Nós abastecidos e com mil recursos, que jamais exaurirão, e vós já quase tocando a meta da desesperação! Querendo V.S.^a, como deve, transportar a sua família, achará nas minhas avançadas todas as comodidades para conduzi-la a lugar seguro. Deus guarde a pessoad e V. S. ^a, como é mister, e mesmo para modelo dos seus compatriotas e companheiros d'armas para seguirem-no e mostrarem-se amigos da Santa Causa do Império Brasileiro, gozando, como nós, as suas altas delícias.²⁹

O capitão Rangel não aceitou a proposta. A sua negativa baseava-se na alegação de que o seu “caráter português” o impedia de se constituir como um traidor da nação portuguesa³⁰. Madeira de Melo relatou o fato ao rei D. João VI, alegando tratar-se de mais um dos meios vis empregados por Labatut para tentar seduzir as tropas luso-europeias³¹. De toda sorte, o fato dessa carta ter sido encaminhada a um oficial graduado português nos permite perceber não apenas uma das inúmeras estratégias adotadas pelos brasileiros, no intuito de enfraquecer as forças lusitanas, como também nos possibilita vislumbrar a existência de uma efetiva rede de comunicação existente entre Salvador e Recôncavo.

Para que a mencionada carta fosse depositada na porta do capitão Rangel, fora necessário uma ação direta promovida pelos inimigos internos. Outras situações também podem ser aferidas a partir da análise dessa missiva. Por exemplo, é possível perceber o quanto a disponibilidade de alimentos tornou-se algo cada vez mais escasso em Salvador. É

²⁹ Carta do General Labatut ao capitão da Legião Constitucional Lusitana João Carneiro Pereira Rangel. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 30 de novembro de 1822. In: Idade d'Ouro do Brasil. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

³⁰ Resposta do capitão João Carneiro Pereira Rangel à carta enviada por Pedro Labatut. In: Idade d'Ouro do Brasil. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

³¹ Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, relatando os confrontos ocorridos na Bahia contra as tropas do general Labatut. Bahia: 14 de dezembro de 1822. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate (AHU-PR). Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 275. Doc. 19169.

certo que alguns exageros estão presentes na narrativa, no entanto, as condições precárias então aludidas nos permitem entender, por extensão, parte das dificuldades vivenciadas a cada dia pelos habitantes da Bahia.

O curso da guerra civil transformou em campos de batalha os diferentes espaços da província. Além disso, como mencionamos anteriormente, os boatos que circulavam em Salvador serviam de objeto aos mais distintos interesses. O medo existente entre a população baiana tornou-se algo que fugia ao simples campo da especulação. A tentativa de deposição da Junta de Governo e a substituição compulsória do Comandante das Armas — fatos ocorridos em novembro de 1821 e fevereiro de 1822, respectivamente — serviram de exemplos aos habitantes da Bahia, ilustrando com cores bem vivas que situações aterradoras poderiam de fato se efetivar. Mesmo com a permanência de um policiamento ostensivo nos limites da capital, isso não afugentou o estado de pânico existente entre os seus habitantes. A incidência de enfrentamentos diários envolvendo brasileiros e portugueses só fortalecia esse sentimento.

Desde fevereiro de 1822, Salvador vivenciava uma série de dificuldades. Dentre os diversos problemas existentes, chamamos a atenção para a situação do abastecimento público. Talvez o acesso e o valor atribuído aos gêneros alimentícios tenha sido o elemento que mais incomodou a sociedade soteropolitana, ao longo dos conflitos. Inclusive, nos arriscamos a dizer que, provavelmente, esse tenha sido o quesito mais popular ao longo dos embates. Os efeitos mais diretos — e indiretos — dessa realidade conseguiram afligir a sociedade como um todo, provocando inúmeros transtornos de alto a baixo. Com a instalação do cerco à cidade e a ocupação e controle de importantes áreas produtoras de alimentos no Recôncavo da província, tornou-se uma incógnita diária quando seria a próxima vez que uma embarcação via Atlântico conseguiria atracar no porto de Salvador, trazendo consigo os alimentos tão desejados.

Após a Batalha de Pirajá, o custo de vida em Salvador subiu assombrosamente³². Isso se deve ao fato de que o cerco então praticado fora consideravelmente apertado. O ingresso de gêneros alimentícios tornou-se algo cada vez mais difícil. Segundo o periódico *O Espelho*, em novembro de 1822, os preços dos alimentos tornaram-se impraticáveis. A arroba

³² Para maiores detalhes acerca dos efeitos da Batalha de Pirajá, Cf. MORTON, F. W. O. The conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840. 1974. 418 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Oxford University, Oxford, 1974. p. 259-285; ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. A Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.



da carne passou a custar \$360 réis. Uma galinha 2\$400 réis. Um ovo \$050 réis.³³ A carestia nos víveres manteve-se acentuada nos meses que se seguiram. Em fevereiro de 1823, por exemplo, o preço da arroba da carne alcançou 1\$000 réis. Uma galinha 3\$600 réis. Um ovo \$160 réis.³⁴

As autoridades públicas não poderiam ficar de braços cruzados diante dessa difícil realidade. Além do que, não se tratava apenas de responder ao clamor da sociedade. A permanência do aparato lusitano e a manutenção dos princípios liberais e constitucionais propostos pela Revolução do Porto dependiam necessariamente do ingresso dos gêneros alimentícios em Salvador. Neste sentido, as autoridades militares articularam uma investida contra a Ilha de Itaparica.

Entre os dias 7 e 9 de janeiro de 1823, a Ilha de Itaparica tornou-se alvo das investidas lusitanas.³⁵ Os portugueses acreditaram ser possível tomar de assalto aquela localidade. Esses três dias de janeiro foram marcados por encarniçados confrontos. Em terra, as forças brasileiras repeíram as tentativas de desembarque. No mar, as embarcações brasileiras conseguiram promover uma série de avarias. Vencidos em combate e frustrados em seus intentos, os militares luso-europeus retornaram abatidos para o porto de Salvador. Trouxeram consigo os espólios dos confrontos: diversos “feridos”, “moribundos” e “cadáveres”.³⁶

Madeira de Melo informou o desastroso insucesso ao rei D. João VI. Em carta, o militar português relatou que a “tentativa sobre a Ilha de Itaparica [...] não produziu [o] efeito [esperado]”.³⁷ No entanto, o general lusitano esqueceu-se de mencionar — ou não pretendia mencionar — que a derrota obtida conseguiu capitalizar dividendos negativos em torno de sua pessoa. A credibilidade e a confiança que possuía junto aos seus compatriotas foram consideravelmente abaladas. E não era para

³³ O Espelho. n. 107. 26 de novembro de 1822, apud TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 177.

³⁴ O Espelho. n. 127. 4 de fevereiro de 1823, apud TAVARES, Luís Henrique Dias, 2005, p. 177

³⁵ Correspondência encaminhada ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva noticiando o resultado do ataque feito pelos bárbaros inimigos portugueses à Ilha de Itaparica. Bahia: Sala das Sessões na Vila de Cachoeira, 13 de janeiro de 1823. In: *A Junta Governativa da Bahia e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. p. 18-19; Cf. *A campanha da independência na Bahia*. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: vol. 3, 1918, p. 113.

³⁶ NÓBREGA, Bernardino Ferreira. *Memórias Históricas sobre as vitórias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da campanha da Bahia quando o Brasil proclamou sua Independência*. Bahia: Tipografia Social, 1923. p. 140-141.

³⁷ Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, sobre as dificuldades com a estagnação do comércio, a falta de gêneros e acerca da expansão do movimento de insurreição. Bahia: 13 de fevereiro de 1823. AHU-PR. Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 276. Doc. 19209.



menos. Para uma missão que se pretendia rápida e eficiente, o resultado dos embates acabou frustrando inúmeras expectativas.³⁸

O Exército Libertador aproximava-se cada vez mais de Salvador. O cerco promovido à capital fechava-se, a cada dia. Os confrontos ocorriam com maior frequência e em uma distância cada vez menor. Essa situação se mostrou extenuante para os integrantes de ambos os partidos. Impelidos pela necessidade de superar os efeitos da guerra civil, os dois partidos desejavam uma batalha ou um acordo que conseguisse estabelecer um ponto final no conflito.

Em 28 de janeiro, o general Labatut tomou a iniciativa. Através de um ofício encaminhado ao general Madeira de Melo, o comandante do Exército Libertador acreditava ainda ser possível conseguir persuadi-lo. A princípio, tentou demonstrar o quanto se tornara impraticável a permanência dos lusitanos à frente do controle da capital. Para tanto, procurou deixar claro que se encontrava bem informado acerca das reais circunstâncias existentes em Salvador. Segundo suas palavras, por “boas notícias” tinha ciência do “imenso [número de] enfermos que enchem os vossos hospitais”, da “falta de víveres” e da constante “diminuição dos vossos soldados nos continuados ataques”. Labatut concedeu um prazo de três dias para que ao comandante português pudesse deliberar em conjunto com os seus pares e viesse a manifestar o seu posicionamento. Diante do ultimato, restou a Madeira de Melo dois possíveis caminhos: ou “embarcar [com sua tropa de volta para Portugal] ou morrer nas pontas das baionetas brasileiras”.³⁹

Apesar de Madeira de Melo não ter respondido às propostas apresentadas por Labatut e, em ato contínuo, ter reforçado as defesas que circundavam os limites da cidade, a sua difícil condição o impelia a evacuar Salvador. Em carta endereçada ao rei D. João VI, o Comandante das Armas relatou que a capital da província “[chegou] a um [elevado] estado de fermentação [...]”. Os habitantes da Bahia falavam “abertamente nos lugares públicos contra as autoridades e tratavam da sua deposição”. Mesmo com a instalação de uma Comissão Militar Permanente — destinada a julgar “segundo as leis militares” todos aqueles que “atenta-

³⁸ Segundo o coronel Inácio Accioli, o resultado dessa campanha abalou “consideravelmente o partido dominante na capital”. SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e., 1931, v. 3, p. 417.

³⁹ Ofício do General Labatut ao General Madeira de Melo. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 28 de janeiro de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 421-422.

⁴⁰ Carta escrita pelo general Madeira de Melo ao rei D. João VI relatando a situação existente na Província da Bahia. Bahia: Quartel-General, 31 de maio de 1823. In: AMARAL, 1957, p. 415-422.



rem contra o sossego público e ordem estabelecida” —, continuava a circular pelas freguesias da capital “uma imensidade de papéis incendiários, listas de novas autoridades [a serem empossadas] e listas de proscricções”.⁴⁰

Diante de tal quadro, pouca coisa pôde ser feita. Assim, pelo menos desde maio de 1823, Madeira de Melo já havia decidido abandonar a cidade. O militar português bem sabia que, mais cedo ou mais tarde, o Exército Libertador adentraria os limites da capital. Em 23 de maio, o Comandante das Armas endereçou uma importante proclamação aos habitantes da Bahia. A princípio, a sua intenção era evitar uma situação de pânico quando porventura viesse a abandonar repentinamente a Capital. Vejamos então o conteúdo desse documento:

Habitantes da Bahia! A crise em que nos achamos é perigosa, porque faltam os meios de subsistir, e não pode haver certeza alguma sobre a entrada de mantimentos. O meu dever, como militar e como governador, é fazer todos os sacrifícios para conservar esta Cidade; mas é igualmente do meu dever tudo prevenir para, em extremo caso de apuro, não ver sacrificada a tropa que comando, a esquadra e vós mesmos. Eu emprego, pois, todos os meios para preencher estes dois deveres. Não vos persuadais que medidas de prevenção sejam sempre seguidas de desares. Já uma vez tomei essas medidas; elas vos assustaram, mas vós conhecestes depois que nada tinham de extraordinárias. Ainda no meio de formidáveis exércitos se tomam diariamente tais providências, porque nem sempre se triunfa, e é preciso preparar-se para os infortúnios. Vós podeis, portanto, estar certos de que as medidas que tomo não são por ora senão de prevenção, mas que cumpre comunicar-vos; pois se chegássemos a ter de abandonar esta Cidade, muitos de vós a deixariam também, e eu seria muito responsável à nação e a el-rei se vos não prevenisse com antecipação.⁴¹

Essa proclamação não surtiu o efeito desejado. Os documentos consultados nos indicam que os resultados obtidos foram totalmente adversos. A população de Salvador ficou estarecida com a notícia. Os lusita-

⁴⁰ Carta escrita pelo general Madeira de Melo ao rei D. João VI relatando a situação existente na Província da Bahia. Bahia: Quartel-General, 31 de maio de 1823. In: AMARAL, 1957, p. 415-422.

⁴¹ Proclamação do general Madeira de Melo aos Habitantes da Bahia. Bahia: Quartel-General, 28 de maio de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 452-453.



nos, em especial, começaram a calcular “os males que os ameaçavam”. Muitos portugueses passaram a considerar a necessidade iminente de embarcarem juntamente com as tropas. Os luso-europeus não desejavam ficar “expostos à vingança de seus inimigos”. Muito embora “alguns brasileiros” e “as gazetas da Cachoeira” anunciassem que os “dissidentes não pretendiam ofender os europeus que ficassem na Bahia”, foram poucos os que “se fiavam [...] nesta linguagem”.⁴²

Com a divulgação da mencionada proclamação, muitas pessoas ficaram desorientadas, sem saber como proceder. Silva Maia registrou em detalhes o estado de temor e confusão que se instalou em Salvador. Segundo suas palavras, “bandos [de] gente de todas as classes” se dirigiram à sua casa para que lhes informasse acerca do “estado das coisas”. Como Silva Maia exercia a função de procurador da Câmara, as pessoas acreditavam que ele detivesse informações mais detalhadas. O redator do *Semanário Cívico* limitou-se a “consolá-los e a desfazer-lhes os pânicos terrores”. Acreditando ser parte do seu dever, Silva Maia solicitou aos moradores de Salvador que não se “assustassem [com] medidas de precaução” e que não se “intromettessem com operações militares”. Para ele, bastava apenas que confiassem no Comandante das Armas.⁴³ Contudo, diante do quadro existente, apenas confiar no general português seria algo bastante difícil, ainda mais se considerarmos que o cerco estabelecido se fechava a cada momento e que o estado de aperto e necessidade crescia mais e mais.

A notícia do abandono da cidade havia se espalhado de parte a parte. O estado de terror semeado entre os moradores da capital contribuiu para o crescimento da emigração em direção ao Recôncavo. Logo constaram, junto ao Exército Pacificador, as notícias sobre as medidas preventivas adotadas pelo general Madeira de Melo. As cartas, os sinais combinados de luzes e os emigrados da cidade informavam em detalhes as movimentações dos portugueses. Certamente, essas informações se constituíram em instrumentos de suma importância para o desfecho final da guerra na Bahia.

Com o cerco fechando-se, os portugueses perceberam que a guerra já estava perdida. Em 20 de junho, Madeira de Melo reuniu mais uma vez um Conselho de Guerra. As principais autoridades militares pretendiam

⁴² *Semanário Cívico*, n. 117. Bahia: 5 de junho de 1823. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 178-179.

⁴³ *Idem*.



deliberar acerca dos procedimentos mais convenientes a serem adotados. Joel Rufino afirma que, em meados de 1823, “Salvador [já] não tinha mais o que comer”. O “povo [...] [caía] de fome pelas ladeiras”.⁴⁴ Os integrantes do Conselho apontaram a extrema carência de alimentos como uma das principais dificuldades para a manutenção das operações militares. Após as ponderações de praxe, chegou-se à constatação de que a cidade do Salvador se encontrava reduzida à “última extremidade”. Por conta dessa realidade, os integrantes do Conselho decidiram evacuá-la.⁴⁵

O comandante português receava ser acometido pelo Exército Pacificador, na ocasião do seu embarque ou, após a realização do mesmo, que a força naval brasileira investisse contra a sua comitiva. A princípio, tentou negociar com o coronel Lima e Silva. A sua pretensão era obter a garantia de que o seu séquito não seria incomodado. Contudo, recebeu como resposta a seguinte declaração:

Responde o comandante do Exército Pacificador que tem todas as notícias da cidade marcadas até por horas, de todos os passos da tropa inimiga, e que, logo que saiba que esta principia a embarcar, pretende atacá-la, e, neste momento romperá o fogo no mar; que se o general inimigo deseja retirar-se tranquilamente, proponha uma capitulação que será concertada entre os comandantes de terra e mar de uma e outra parte contratantes.⁴⁶

A sugestão apresentada por Lima e Silva dificilmente seria aplicada. Madeira de Melo possuía orientações do rei D. João VI que impediam a sua rendição. Segundo palavras do general português ao comandante da esquadra lusitana, “Sua Majestade [...] me recomenda que em última extremidade, quando tenha de embarcar, tudo destrua de fortificações, munições e petrechos de guerra”. Complementa ainda que, essas recomendações “[deixam] ver claramente que não é da intenção de Sua Majestade que nós capitulemos, quando não pudermos aqui sustentarnos”.⁴⁷ De toda sorte, por mais que o coronel Lima e Silva desejasse uma

⁴⁴ SANTOS, Joel Rufino dos. O dia em que o povo ganhou. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1979. p. 175-176.

⁴⁵ Ofício do Comandante das Armas a Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel-General, 21 de junho de 1823. In: AMARAL, 1957, p. 436-437.

⁴⁶ Resposta do coronel Lima e Silva à petição encaminhada por Madeira de Melo. Bahia: 30 de junho de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 52-53.

⁴⁷ Ofício do general Madeira de Melo ao chefe de divisão João Félix Pereira de Campos. Bahia: Quartel-General, 17 de maio de 1823. In: SILVA, 1931, v. 3, p. 544-545.



vitória que viesse a realçar o seu brio militar, não estava nos planos do general Madeira de Melo a adoção de uma atitude dessa natureza. Ou seja, dificilmente o Comandante das Armas descumpriria uma determinação real, de forma a macular a sua reputação militar.

No dia 2 de julho, por volta das 4 horas da manhã, o forte de Santo Alberto efetuou um disparo de canhão. Era o sinal estabelecido para que as tropas e as famílias portuguesas procedessem ao embarque. Um total de 4.520 pessoas deixaram Salvador *in silentio noctis*.⁴⁸ Nessa operação, foram utilizadas 83 embarcações. Segundo Joel Rufino, essa foi a melhor operação militar realizada por Madeira de Melo, ao longo de toda a guerra civil.⁴⁹ Nenhum dos integrantes da comitiva foi esquecido, ferido ou aprisionado pelas forças brasileiras.

O balanço que fazemos, ao concluir este estudo, aponta para o conjunto de situações adversas que desarticularam o cotidiano da província da Bahia. Os percalços registrados e analisados, ao longo deste trabalho, permitem perceber o quanto a escassez, a necessidade e o atrito entre as partes contribuíram para o aprofundamento do processo de aprendizado político experimentado pela população baiana, ao longo dos anos de 1821 a 1823. Nesse contexto, podemos dizer que a aliança de interesses entre diferentes espaços e agentes históricos se mostrou bastante eficaz, tornando o 2 de julho baiano um momento de grande alegria e festividade, tanto para a Bahia como para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cipriano José Barata de. Manifesto à Bahia de todos os santos (por um Deputado às Cortes Gerais e Constituintes de Portugal): Desengano para brasileiros e europeus residentes no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. p. 20-23. Fundação Clemente Mariani, Acervo 905, doc. 1823-09:981.38 BAR-C.8.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *A Batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

⁴⁸TAVARES, 2005, p. 218.

⁴⁹SANTOS, 1979, p. 175.

ANDERSON, Benedict. *Antigos Impérios, Novas Nações*. In: _____. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. p. 57-76.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. *A Guerra da Bahia*. Salvador: CEAO, 2001.

Bando publicado sob determinação do Governador das Armas da Província da Bahia. Bahia: 30 de junho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. Núcleo de Digitalização de Documentos (CEDIG), FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Carta de Hum Constitucional Cachoeirense. Bahia: 22 de maio de 1822. In: *O Constitucional*. Bahia: 12 de junho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Carta de Hum Seu Leitor. Bahia: dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 105. Bahia: 31 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Carta dirigida ao Ministro da Marinha pelo Sr. Barão [Albert] Roussin. Bahia: 17 de julho de 1822. In: *ALBERT ROUSSIN: Testemunha das lutas pela Independência na Bahia (1822)*. Tradução de Kátia M. de Queirós Mattoso. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: v. 41, 1973.

Carta do General Labatut ao capitão da Legião Constitucional Lusitana João Carneiro Pereira Rangel. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 30 de novembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brazil*. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, relatando os confrontos ocorridos na Bahia contra as tropas do general Labatut. Bahia: 14 de dezembro de 1822. Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate (AHU-PR). Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 275. Doc. 19169.

Carta do Governador das Armas ao Rei D. João VI, sobre as dificuldades com a estagnação do comércio, a falta de gêneros e acerca da expansão do movimento de insurreição. Bahia: 13 de fevereiro de 1823. AHU-PR. Documentos Avulsos da Capitania da Bahia. Caixa 276. Doc. 19209.

Carta escrita pelo general Madeira de Melo ao rei D. João VI relatando a situação existente na Província da Bahia. Bahia: Quartel-General, 31 de maio de 1823. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957. p. 9-21.

Carta nº 1. Rio de Janeiro: [s.d.]. In FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ideias Políticas: Cartas sobre a Revolução do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1976.

Cartas de Felisberto Caldeira Brant Pontes, marquês de Barbacena. *Economia açucareira da Bahia em 1820*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Publicação destinada ao III Congresso de História da Bahia, junho de 1973, apud SOUSA, M. A. S. de. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*. 2008. 304 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Correspondência encaminhada ao Ministro José Bonifácio de Andrada e Silva noticiando o resultado do ataque feito pelos bárbaros inimigos portugueses à Ilha de Itaparica. Bahia: Sala das Sessões na Vila de Cachoeira, 13 de janeiro de 1823. In: *A Junta Governativa da Bahia e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p. 18-19; Cf. A campanha da independência na Bahia. In: *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*. Salvador: vol.3, 1918.

Diário Constitucional. n. 21. Bahia: 13 de março de 1821. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole*. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 160-184.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 14. Bahia: 15 de fevereiro de 1821. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/44>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 78. Bahia: 27 de setembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/143>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 87. Bahia: 29 de outubro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/42>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 94. Bahia: 19 de novembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/90>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Idade d'Ouro do Brasil. n. 103. Bahia: 24 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

MORTON, F. W. O. *The conservative Revolution of Independence: Economy, Society and Politics in Bahia, 1790-1840*. 1974. 418 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Oxford University, Oxford, 1974.

NÓBREGA, Bernardino Ferreira. *Memórias Históricas sobre as vitórias alcançadas pelos itaparicanos no decurso da campanha da Bahia quando o Brasil proclamou sua Independência*. Bahia: Tipografia Social, 1923.

O Espelho. n. 107. 26 de novembro de 1822, apud TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

O Espelho. n. 127. 4 de fevereiro de 1823, apud TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

Ofício da Junta Provisória de Governo ao Comandante das Armas da Província. Bahia: Palácio do Governo, 4 de dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 100. Bahia: 13 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Ofício do Comandante das Armas a Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel-General, 21 de junho de 1823. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

Ofício do General Labatut ao General Madeira de Melo. Bahia: Quartel General no Engenho Novo, 28 de janeiro de 1823. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

Ofício do general Madeira de Melo ao chefe de divisão João Félix Pereira de Campos. Bahia: Quartel-General, 17 de maio de 1823. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

Ofício do general Madeira de Melo aos integrantes da Junta Provisória de Governo. Bahia: Quartel General, 4 de dezembro de 1822. In: *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 98. Bahia: 6 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Ofício encaminhado ao Príncipe D. Pedro. Palácio do Governo da Bahia. 3 de fevereiro de 1822. In: *A Junta Governativa da Bahia e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

Ofícios dirigidos pelo general Inácio Luís Madeira de Melo às Cortes de Lisboa. Bahia: 7 de março de 1822. In: AMARAL, Braz Hermenegildo do. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Progresso, 1957.

Portaria da Junta Provisória de Governo ao Intendente da Marinha. Bahia: 20 de fevereiro de 1822. In: *Diário Constitucional*. n. 15. Bahia: 6 de março de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Proclamação da Junta Provisória de Governo aos Habitantes do Recôncavo. Bahia: 23 de julho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 47. Bahia: 27 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Proclamação de Madeira de Melo aos Camaradas de Segunda Linha. Bahia: 30 de junho de 1822. In: *O Constitucional*. n. 37. Bahia: 3 de julho de 1822. CEDIG, FFCH/UFBA, Rolo 0016.

Proclamação do general Madeira de Melo aos Habitantes da Bahia. Bahia: Quartel-General, 28 de maio de 1823. In: SILVA, op. cit., 1931. (v. 3).

Requerimento encaminhado por 33 naturais de Portugal à Junta Provisória de Governo. Bahia: [provavelmente] julho de 1822. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

Resposta do capitão João Carneiro Pereira Rangel à carta enviada por Pedro Labatut. In *Idade d'Ouro do Brasil*. n. 101. Bahia: 17 de dezembro de 1822. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/bv2julho/133>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

Resposta do coronel Lima e Silva à petição encaminhada por Madeira de Melo. Bahia: 30 de junho de 1823. In: SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, v. 3, 1931.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O dia em que o povo ganhou*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1979.

Semanário Cívico. n. 117. Bahia: 5 de junho de 1823. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. Bahia: [edição anotada por Braz do Amaral] Imprensa Oficial do Estado, 1931. (v. 3).

SILVA, Marcelo Renato Siquara. *Independência ou morte em Salvador: O cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)*. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <<http://200.187.16.144:8080/jspui/bitstream/bv2julho/577/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mestrado.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005.

Termo de Vereação. Bahia: 2 de fevereiro de 1822. In: *Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil: 1821-1823*. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972.

RESUMO

Este artigo pretende discutir as diferentes dimensões do processo de independência brasileiro na província da Bahia (1821-1823). Para tanto, ao longo desse estudo, foram consideradas as diferentes perspectivas de práticas e ações — tanto ostensivas como veladas — postas em movimento, por civis e militares brasileiros, em diferentes espaços geográficos. Ou seja, considerando a aliança de interesses estabelecida entre Salvador e Recôncavo, em especial, no que se refere à luta em favor da extinção do domínio político exercido pelos luso-europeus, analisamos em que medida e proporção a atuação de diferentes agentes históricos se mostrou favorável à causa brasileira.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Província da Bahia. Aliança de interesses entre Salvador e Recôncavo (1821-1823).

ABSTRACT

This article intends to discuss the different dimensions of the process independence in the Brazilian province of Bahia (1821-1823). For this, throughout this study were considered the different perspectives of practices and actions — both overt and covert — set in motion by the Brazilian military and civilian in different geographical areas. In other words, considering the alliance of interests established between Salvador and Reconcavo, in particular, as regards combating in favor of the

abolition of the political exercised by the luso-european, analyze to what extent and proportion the performance of different historical agents favored the Brazilian cause.

Keywords: Independence of Brazil. Province of Bahia. Alliance of interests between Salvador and Reconcavo (1821-1823).